

Celso Furtado subestimou a industrialização antes de 1930? Uma sistematização das críticas à interpretação estruturalista

Nathalia Nascimento Ecos Gonzales¹

Ivan Colangelo Salomão²

Resumo: A controvérsia historiográfica que se estabeleceu entre as interpretações de Celso Furtado e Carlos Peláez acerca das origens da industrialização brasileira foi posteriormente qualificada por diversos autores. Ainda que alguns dos analistas arrolados neste artigo tenham chancelado parte da tese de Furtado, todos concordam com a existência de um relevante setor industrial anterior à eclosão da crise dos anos 1930. Assim, este trabalho tem por objetivo sistematizar as principais críticas à análise estruturalista de Furtado a esse respeito, apresentada a partir do capítulo 30 de *Formação Econômica do Brasil*.

Palavras-chave: Industrialização. Celso Furtado. Teoria dos choques adversos.

Did Celso Furtado underestimate industrialization before 1930? A systematization of the critiques of structuralist interpretation

Abstract: The historiographical controversy settled between the interpretations of Celso Furtado and Carlos Peláez on the origins of the Brazilian industrialization has been qualified by several authors. Although some of the analysts presented in this paper have dismissed Furtado's thesis, all of them agree on the existence of a relevant industrial sector before the outbreak of the crisis of the 1930s. Thus, this article aims to systematize the main criticisms of Furtado's structural analysis in this respect presented from chapter 30 of *Economic Formation of Brazil*.

Keywords: Industrialization. Celso Furtado. Adverse Shocks Theory.

Classificação JEL: N16

1 Defensora pública e bacharel em Economia (UFRGS). E-mail: nathaliagonzales@gmail.com

2 Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS). E-mail: ivansalomao@gmail.com

1. Introdução

O processo de industrialização da economia brasileira esteve no centro do debate entre analistas de diferentes áreas das ciências sociais a partir dos anos 1950. Embora a interpretação mais conhecida seja a elaborada por Celso Furtado, intitulada como “teoria dos choques adversos” por ressaltar o crescimento industrial nos períodos de crise do modelo agroexportador, existem interpretações que se contrapõem a essa tese, como a da industrialização induzida pelas exportações, originalmente desenvolvida por Carlos Manuel Peláez.

Quando da publicação de *Formação Econômica do Brasil*, em 1959, Celso Furtado deu uma das mais importantes contribuições para a compreensão da economia brasileira contemporânea. A principal e mais controversa tese dessa obra reside na análise sobre o início do processo de industrialização. Anos depois, Peláez destacou-se como um dos principais opositores à interpretação furtadiana ao publicar, em 1972, *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*, cujo objetivo era apresentar uma reinterpretação dos estágios iniciais da industrialização brasileira. O autor divergiu fundamentalmente de Furtado ao sustentar que o crescimento industrial no Brasil teve início antes de 1930 e que esse avanço se deu de modo equilibrado. Além disso, refutou a tese de que a recuperação da economia brasileira durante a Grande Depressão tenha sido possibilitada pelo mercado interno.

Tal controvérsia, que inicialmente dividiu-se entre a “teoria dos choques adversos” *versus* industrialização induzida pelas exportações, ganhou diferentes contornos a partir dos anos 1970. Diversos foram os autores os quais agregaram novos elementos ao debate original, tais como Warren Dean (1971), Albert Fishlow (1972), Flavio e Maria Teresa Versiani (1978), Anibal Villela e Wilson Suzigan (1973), Steven Topik (1987), Sérgio Silva (1976) e João Manuel Cardoso de Mello (1982).

Nos últimos anos, entretanto, a discussão sobre o processo de industrialização brasileira restou adormecida e poucos trabalhos versaram sobre o tema³. Dada a lacuna observada, este artigo se propõe a sistematizar as críticas à interpretação estruturalista de Celso Furtado. Para tanto, além desta breve introdução, dividiu-se o artigo em sete partes, cada qual apresentando os principais argumentos de cada um dos autores arrolados acima. Por fim, tecem-se as considerações finais.

3 Fonseca (2003) foi um dos autores que, ao qualificar a tese de Furtado (por ele corroborada), levantou indícios da intencionalidade da política industrializante do governo Vargas.

2. Albert Fishlow e o processo de substituição de importações no final do século XIX

Nas décadas de 1970 e 1980, vários autores, direta ou indiretamente, tomaram partido no embate entre as teorias desenvolvidas por Celso Furtado e por Carlos Manuel Peláez. O trabalho de Albert Fishlow é considerado o mais alinhado à interpretação presente em *Formação Econômica do Brasil*. Embora Fishlow acabe por endossar a “teoria dos choques adversos” – com algumas qualificações –, o autor não refuta totalmente a interpretação da industrialização induzida pela expansão das exportações. Daí a importância das críticas que Fishlow teceu à tese de Furtado.

Fishlow (1972) destaca o trabalho desenvolvido pela CEPAL acerca da estratégia de industrialização pela substituição de importações; o autor ressalta, porém, a ausência de atenção empírica às diferentes fases do próprio fenômeno e suas respectivas características. Propõe-se o pesquisador, então, a analisar o desenvolvimento histórico do processo de substituição de importações a partir das seguintes proposições: a) o primeiro processo de substituição de importações ocorreu na década de 1890 como consequência das finanças inflacionárias, sem influência da proteção tarifária; b) a importância da substituição de importações durante a I Guerra Mundial deveu-se aos impulsos que forneceu à demanda, que, embora não tenha sido acompanhada por aumentos significativos na capacidade produtiva, gerou lucros que foram utilizados posteriormente para investimentos; c) a Grande Depressão foi importante para produzir uma maior taxa de crescimento assim como uma maior variedade de bens, entretanto, representou uma substituição tecnologicamente inferior; e d) a evolução após a Segunda Guerra Mundial foi relativamente modesta, uma vez que as maiores reduções no coeficiente agregado de importações já haviam ocorrido anteriormente. Contudo, o período destacou-se pela “maior sofisticação da industrialização, pelo aumento na intensidade de capital e pelo papel orientador da política pública” (FISHLOW, 1972, p. 7).

No fim do século XIX, os produtos têxteis e alimentícios eram os principais componentes do setor industrial brasileiro. No setor de alimentos, a substituição nunca teve um papel marcante; não obstante, na indústria têxtil, os tecidos de algodão foram o primeiro exemplo relevante de industrialização por substituição de importações. Embora houvesse disponibilidade doméstica de algodão bruto, a produção brasileira de tecidos de algodão estava limitada a cerca de 50 fábricas em 1885, representando pouco mais de 10% do consumo nacional; vinte anos mais tarde, a produção interna já alcançava 60% do consumo. Entre 1895-1899, as importações caíram substancialmente, o que levou Fishlow a ratificar que essa substituição de importações tenha representado praticamente toda a fonte do crescimento da indústria interna (FISHLOW, 1972).

Fishlow (1972) afirma que as origens e o comportamento do primeiro processo de substituição de importações traçam um padrão que, além de não ter sido planejado, foi – em algumas circunstâncias – contrário à política. O autor relaciona o Encilhamento⁴ com o crescimento da indústria têxtil na década de 1890, ressaltando que esse período proporcionou uma grande expansão na quantidade de crédito disponível e que, conseqüentemente, o número e a capitalização das novas empresas industriais responderam rapidamente. Embora reconheça que o Encilhamento criou empresas artificiais, o autor refere que esse julgamento ignora as conseqüências permanentes desse estímulo temporário à iniciativa empresarial brasileira.

Em relação à política cambial, o autor observa que, até junho de 1891, a taxa de câmbio manteve-se baixa, o que favoreceu a aquisição de produtos importados pelos consumidores e de bens de capital pelos empresários industriais. As importações de bens de capital da Inglaterra aumentaram cerca de 70% entre 1885-1889 e 1890-1894. Após 1893, a taxa de câmbio passou se valorizar e, conseqüentemente, as importações tornaram-se mais caras e a obtenção de crédito foi dificultada, o que facilitou o processo de substituição de importações. Fishlow (1972) aponta que a desvalorização real da moeda estimulou as exportações; não obstante, o preço mundial do café estava em queda, tendo sido reduzido pela metade entre 1893 e 1898, dessa forma, apesar da desvalorização cambial, as rendas do setor cafeeiro não foram mantidas.

O cenário anteriormente descrito abriu perspectivas para investimentos em atividades substituidoras de importações, destacando-se como empreendedores, nesse movimento, os importadores, conforme apontado por Dean (1971). Fishlow (1972) também ressalta outro aspecto da desvalorização cambial: uma vez que o aumento da taxa de câmbio se deu durante uma expansão inflacionária, a substituição de importações beneficiou-se tanto de custos reais decrescentes quanto de preços crescentes. Num surto inflacionário, pode-se presumir que há uma defasagem dos salários em relação ao custo de vida, o que reduz a despesa real por unidade de trabalho; por outro lado, o preço do produto aumenta mais do que os demais preços – esse fenômeno geralmente ocorre com um produto substituto potencial de importação durante uma desvalorização real –, o que faz com que a

4 O período do Encilhamento correspondeu ao primeiro ano da República, marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira. Desde os últimos dias do Império, era possível constatar que a quantidade de moeda em circulação no país não era compatível com as novas realidades do trabalho e do ingresso em massa de imigrantes. Rui Barbosa, ao assumir o governo provisório, baixou vários decretos a fim de aumentar a oferta monetária e facilitar a criação de sociedades anônimas, possibilitando que alguns bancos emitissem moeda. Essas iniciativas concorreram para a expansão do crédito e da ideia de que a República seria um terreno fértil para os negócios. Durante essa época, muitas empresas foram formadas – algumas nunca existiram de fato –, a especulação nas bolsas de valores cresceu e o custo de vida elevou-se consideravelmente. No início do ano de 1891, veio a crise, com a conseqüente derrubada do preço das ações, queda do valor da moeda brasileira e falência de estabelecimentos bancários e de empresas (FAUSTO, 2010, p. 252).

margem de lucro aumente consideravelmente. Dessa forma, tem-se que, à época, os recursos fluíram pela primeira vez, em um volume significativo, para as indústrias locais, segundo o autor.

Em relação à política tarifária, Fishlow (1978, p. 15) afirma que:

As tarifas, instrumento direto de política para influenciar a atividade industrial, embora ostensivamente incentivassem a substituição de importações, na realidade não o fizeram. Apesar das taxas oficiais *ad valorem* (razões), calculadas co base nos valores oficiais, terem aumentado, as proporções *ad valorem* verdadeiras declinaram. Os valores oficiais foram convertidos à taxa de câmbio de 1890 e ficaram muito abaixo do que realmente prevaleciam no mercado. Apesar da imposição de várias sobrecargas compensatórias, a receita aduaneira real como uma proporção do valor das importações declinou irregularmente de 39% em 1890 para uma média inferior a 30% entre 1895 e 1899.

Observa-se que Fishlow (1972), ao contrário de Versiani e Versiani (1978), entende que a proteção tarifária não influenciou o primeiro surto de substituição de importações e, conseqüentemente, a indústria doméstica. O posicionamento do autor acerca dos efeitos do Encilhamento também é divergente dos autores anteriormente citados, uma vez que Fishlow afirma que a manutenção do crédito interno, na fase inicial da industrialização foi, provavelmente, mais importante do que a proteção tarifária.

Fishlow (1972) estende sua análise das tarifas para o período posterior a 1900, conhecido como “Idade do Ouro” – frequentemente atribuída à tarifa de 1900 –, que correspondeu a anos de crescimento da indústria têxtil⁵. No entanto, mesmo com a adoção de tarifas protecionistas, as importações lograram recuperação e, no período 1911-1913, voltaram a atingir os níveis do início dos anos 1900, o que Fishlow atribui à taxa de câmbio. Não obstante a redução na proteção de fato, a produção têxtil resistiu bem à competição estrangeira, o que pode ser explicado pelo aumento da produtividade da indústria brasileira.

O autor entende que o comportamento dos preços relativos, apesar de explicar a queda do coeficiente de importações entre 1905 e 1914, é insuficiente para explicar as altas taxas de crescimento da produção. Fishlow (1972) aduz que a explicação mais plausível parece ser o aumento na demanda associado aos aumentos na renda. Dessa forma, a recuperação dos preços do café – e da renda do setor cafeeiro – provavelmente desempenhou um papel significativo a partir de 1905. O autor afirma que a demanda por produtos industriais estava relacionada ao destino do setor

5 Abolida em 1891, a quota-ouro foi restabelecida pela Lei n.º. 559, de 31 de dezembro de 1898, na alíquota de 10%, a qual foi posteriormente elevada a 15% pela Lei n.º. 581, de 20 de junho de 1899. No ano seguinte, foi publicado o Decreto n.º. 3.617, de 19 de março de 1900, que aprovou a revisão da tarifa das alfândegas e mesas de renda.

cafeeiro, assim como a taxa de crescimento industrial. Fishlow (1972, p. 17) destaca a mudança do papel do setor externo: “inicialmente, os reduzidos níveis da capacidade para importar e do comércio internacional tinham sido críticos para o estabelecimento da indústria; agora, era o seu crescimento que atuava como um fator positivo”. Saes (1989, p. 26) afirma que a tese da industrialização induzida pelas exportações está presente na análise do crescimento industrial entre 1905 e 1913 de Fishlow (1972), o que pode ser corroborado pelo trecho citado acima.

O período seguinte (1914-1918) correspondeu ao segundo surto de substituição de importações. Fishlow (1972) pondera as interpretações sobre a Primeira Guerra Mundial no processo de industrialização feitas por Roberto Simonsen e por Warren Dean; o primeiro defendeu que a expansão industrial observada durante o conflito mundial foi consideravelmente maior do que a observada no pré e no pós-guerra, porém utilizando um método que foi posteriormente criticado pelo segundo autor. Dean (1971), no entanto, também se equivocou, de acordo com Fishlow, ao não dar a devida importância para a influência favorável que a guerra teve sobre a produção, que se expandiu principalmente graças à substituição de importações. O autor também ressalta o aumento dos lucros decorrentes do grande aumento de preços, possível apenas devido à inflação durante o conflito mundial, e afirma que o crescimento da indústria não estava restrito ao setor têxtil.

Fishlow (1972) aponta que a expansão industrial verificada durante a Primeira Guerra Mundial é nitidamente superior à observada na década de 1920 e que, embora não constitua um ponto de referência para o estabelecimento da industrialização brasileira, a demanda criada durante o período não pode ser desprezada. O autor alega que as críticas direcionadas ao nível reduzido de investimento durante a guerra desconsideram o papel dos lucros crescentes no financiamento da formação de capital após o conflito e os estímulos garantidos pela demanda para a aquisição de novo maquinário. Verifica-se que as grandes importações de maquinaria mais moderna no começo da década de 1920, assim como o início da produção local de aço e cimento no Brasil, deram-se após a Primeira Guerra Mundial. Para Fishlow, portanto, o choque exógeno causado pela guerra permitiu a utilização do excesso de capacidade anterior e fez com que o processo de industrialização avançasse. Saes (1989) observa que, enquanto Fishlow entende que durante o período de 1905-1913 o crescimento industrial foi induzido pelas exportações, sua interpretação para a Primeira Guerra Mundial é de que a industrialização surgiu como fruto de um choque adverso.

Por volta de 1919, a indústria brasileira havia atingido uma autonomia substancial na produção de bens de consumo. A indústria alimentícia era protegida por tarifas e dependia principalmente dos insumos providos pela agricultura doméstica. Nesse sentido, Fishlow (1972, p. 19) afirma que “os têxteis tinham alcançado a dominação nacional através de um processo em fases de substituição de

importações e crescimento da renda, e embora ainda exigissem proteção para competir, mostravam sinais de possível vitalidade”. No entanto, a produção industrial, como um todo, ainda era “limitada e não-sofisticada”, uma vez que mais de 80% do seu valor adicionado derivava de bens de consumo e, um terço, apenas do processamento de alimentos. Dessa forma, havia uma grande dependência de importações de bens de capital e intermediários (FISHLOW, 1972).

A partir de dados obtidos do Censo Industrial de 1920 para o ano de 1919 – distribuição do valor adicionado segundo o uso e importações como porcentagem da oferta total –, Fishlow (1972) afirma que a razão entre o total das importações e a oferta subestimava a verdadeira dependência da economia em relação às importações e conclui que a proporção das importações na oferta total de manufaturas em 1919 está consideravelmente comprimida. Para o autor, o Brasil ainda estava muito longe de ter concluído o processo de substituição de importações, o que pode ser verificado pelo tamanho da força de trabalho engajada na produção manufatureira, o qual, segundo o censo demográfico, era de 10%. Fishlow alega que este argumento é ironicamente utilizado para defender a difusão da industrialização, uma vez que, corretamente calculado com base no censo industrial, o percentual seria de apenas 3,9% do total⁶.

Os dados apresentados anteriormente indicam que, em 1919, as indústrias de bens de capital e intermediário no Brasil possuíam um papel reduzido⁷. Fishlow (1972) observa que a difusão da industrialização durante a década de 1920 foi limitada, tendo o setor têxtil expandindo-se apenas até 1922-1923, enquanto os anos seguintes foram marcados por crescente participação estrangeira no mercado doméstico. O autor avalia que o desempenho decepcionante da indústria parece ter sido influenciado principalmente pelo forte aumento das importações durante essa década. Entre 1921 e 1928, as importações de bens não duráveis de consumo aumentaram a uma taxa anual de 15%; já as importações de bens de capital para a indústria local, após um crescimento inicial no período seguinte à Primeira Guerra Mundial, não apresentaram avanço após a metade da década de 1920.

6 Essa discrepância entre os números deve-se às diferenças encontradas nos censos industrial e demográfico, pois o segundo aparentemente incluiu alfaiates e costureiras no cálculo da mão de obra industrial, tendo essas ocupações sido posteriormente classificadas como serviços (FISHLOW, 1972, p. 23).

7 Fishlow (1972) critica o exame da extensão da industrialização apresentado por Leff – autor defensor da teoria da industrialização induzida pelas exportações – no artigo *Long-Term Brazilian Economic Development*, de 1969. O analista argumenta que, comparando a descrição inicial da implantação da industrialização brasileira e o exame de sua extensão em 1919, a conclusão de Leff é “simplista e excessivamente revisionista” (FISHLOW, 1972, p. 24). Leff (1968) afirmou que o Brasil experimentou uma industrialização substancial mais cedo do que é geralmente suposto e defendeu que o processo se deveu a uma rápida expansão do comércio exterior em conjunto com forte apoio governamental – representando pela proteção tarifária –, e não às dificuldades de importar durante a I e II Guerras Mundiais e a Grande Depressão (FISHLOW, 1972, p. 24).

Sobre a controvérsia entre Celso Furtado e Carlos Manuel Peláez, Fishlow (1972) conclui que a política cafeeira não foi provavelmente tão imprescindível para a recuperação inicial da Grande Depressão, conforme defendido por Furtado; no entanto, ela tampouco foi tão insignificante como afirmado por Peláez. Os superávits na balança comercial em 1931 e 1932 deveram-se a reduções muito mais rápidas nas importações do que nas exportações. Para o autor, a redução na capacidade de importar, e não o aumento da demanda internacional, foi a força operativa da recuperação da economia brasileira nos anos 1930.

A renda líquida monetária do setor cafeeiro foi um fator importante para a recuperação inicial após 1929, permitindo o crescimento rápido e contínuo da economia durante a década de 1930. A recuperação da Grande Depressão dependeu, principalmente, do isolamento do mercado doméstico – o qual foi reforçado pela tarifa de 1934, segundo o autor – e de seu restabelecimento. Fishlow (1972) constata que, para o cimento e produtos de aço laminado, a substituição de importações foi um fator muito mais decisivo do que para os têxteis, uma vez que estes já haviam iniciado seu desenvolvimento anteriormente. Embora o cimento e os produtos de aço laminado já tivessem começado a serem produzidos na década de 1920, sua participação no mercado ainda era pequena, o que lhes permitiu obter vantagens grandes e imediatas com a restrição às importações após a crise dos anos 1930.

As indústrias que mais cresceram durante a Grande Depressão foram as de bens intermediários e de capital. Os bens de consumo, exceto os duráveis, já haviam praticamente completado o processo de substituição de importações. Fishlow (1972) também ressalta que o Estado de São Paulo, que em 1919 já mostrava um perfil industrial mais orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais avançados, passou a concentrar ainda mais a produção industrial após a Grande Depressão e, em 1939, já havia assegurado sua posição como centro industrial do Brasil.

Fishlow (1972) conclui que, ao contrário do ocorrido na Primeira Guerra Mundial e em períodos anteriores a esta, a substituição de importações durante a Grande Depressão significou um impulso a uma estrutura produtiva mais sofisticada, o que correspondeu a uma mudança na distribuição das importações em favor de produtos mais especializados e que, portanto, não poderiam ser prontamente substituídos. A industrialização na década de 1930 foi diversificada e estendida a novos campos, trazendo, em si, algum avanço tecnológico. Durante essa década, o Brasil estendeu significativamente sua entrada na industrialização; as condições internacionais e a anterior superprodução de café aumentaram o preço das importações, o que tornou a substituição interna um campo atraente para o desenvolvimento.

Por ter sido consequência da incapacidade de importar, a industrialização brasileira foi escassa em capital e absorvedora de grandes insumos de trabalho. Por um lado, o crescimento foi viável e lucrativo, tendo representado uma resposta impressionante do país às condições de crise. Porém, Fishlow (1972) ressalta que, a longo prazo, apesar da diversificação horizontal, a industrialização nos anos 1930 pode ter tido consequências mais graves, pois, ao manter uma tecnologia obsoleta nas indústrias de bens de consumo, cujo crescimento da produtividade já tinha sido mínimo nos anos 1920, a Grande Depressão pode ter criado a base para contradições posteriores.

3. Produção *versus* capacidade produtiva: a contribuição de Flávio Versiani e Maria Teresa Versiani

Até a década de 1970, as explicações acerca do crescimento industrial do Brasil na Primeira República dividiam-se nas duas teorias citadas na introdução do artigo. No entanto, ambas as teses se mostravam incapazes de elucidar adequadamente os diferentes momentos desse processo. No artigo *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição*, Flávio Versiani e Maria Teresa Versiani (1978) afirmam que o revisionismo de Peláez às teorias cepalinas começa a ser revisto; o trabalho dos autores, contudo, pode ser considerado o mais representativo nessa linha (FONSECA; SALOMÃO, 2017).

Versiani e Versiani (1978) entendem que, nas interpretações correntes do processo de industrialização anterior a 1930, há uma tendência a atribuir importância predominante a períodos de aumento de produção – como a Primeira Guerra Mundial – ou de aumento da capacidade produtiva – período anterior ao primeiro conflito mundial. Sustentam, no entanto, que a preocupação em identificar “surto” não conduz a uma visão completa do processo, pois, a partir do estudo da indústria têxtil algodoeira, observaram que a evolução desse setor se caracterizou pela sucessão de fases distintas de expansão da capacidade produtiva e de aceleração da produção. A questão levantada gera outros pontos que merecem a investigação dos pesquisadores: a importância da proteção tarifária como fator de estímulo à industrialização; a importância do período do Encilhamento em relação ao crescimento da capacidade produtiva; o papel da Primeira Guerra Mundial no desenvolvimento da indústria têxtil e a análise do aumento da capacidade produtiva na década de 1920.

Os autores questionam-se por que o investimento na produção manufatureira se tornou mais atrativo em relação ao investimento na atividade agrário-exportadora. Não obstante, essa questão coloca um problema, uma vez que o aumento da capacidade da indústria brasileira envolvia a importação substancial de bens de capital. Dessa forma, torna-se relevante investigar quais são os períodos mais importantes

para o desenvolvimento da produção interna: os de crescimento da produção ou os de aumento da capacidade produtiva. Versiani e Versiani (1978) criticam a interpretação dos choques adversos, que prioriza os períodos de crescimento da produção – como a Grande Depressão e a Primeira Guerra Mundial –, por entenderem que essa análise tradicional, ao enfatizar a importância das fases de maior substituição de importações, acaba negligenciando períodos anteriores de formação da capacidade produtiva. Os autores destacam, por outro lado, que as fases de grande crescimento da produção industrial não são fenômenos neutros do processo de industrialização.

Ao estudarem a evolução da indústria têxtil, Versiani e Versiani (1978) constataram a oposição de fases de expansão da capacidade produtiva e períodos de aumento da produção. Em relação a essa alternância de períodos, sobressaem-se dois pontos: as variações da taxa de câmbio como um dos principais fatores determinantes do processo e a efeito dessas oscilações sobre os importadores. Não restam dúvidas de que as flutuações da taxa cambial tinham efeitos opostos em relação aos importadores e aos produtores nacionais, uma vez que seus interesses eram, via de regra, antagônicos. Nesse cenário, torna-se adequado supor que parte dos importadores, a fim de minimizar suas perdas com as mudanças cambiais, tenha decidido investir na produção interna.

Com base nos estudos de Dean (1971), Versiani e Versiani (1978) verificam a presença significativa dos importadores de tecido no investimento da indústria têxtil em sua origem. Além de conhecerem o mercado consumidor e as redes de comercialização, os importadores possuíam acesso mais direto ao crédito dos bancos europeus, os quais representavam financiadores importantes do comércio importador. Contudo, uma vez que a produção manufatureira surgiu como subsidiária da importação, servindo para minimizar os riscos trazidos pelas oscilações da taxa de câmbio, os proprietários das indústrias têxteis não tinham as mesmas características do empresário industrial capitalista, o que se traduzia numa ineficiência gerencial devido à excessiva diversificação de atividades dos primeiros.

Com base nos dados acerca da criação de fábricas de tecido de algodão no Brasil, os pesquisadores identificaram quatro períodos de maior concentração relativa de investimentos nesse setor até 1914: a) o primeiro foi a década de 1840, que pode ser associado à reforma tarifária de 1844 e a um decreto de 1846, que facilitou a importação de equipamento têxtil; b) o segundo período, de 1870 a 1875, correspondeu à fase de criação de fábricas de relativa importância na região do Rio de Janeiro e de algumas fábricas no interior de São Paulo, podendo ser explicado pelo *boom* de produção do final da década de 1860 causado pela expansão monetária que acompanhou a Guerra do Paraguai; c) o terceiro, de 1885 a 1895, foi de intenso investimento em manufatura têxtil, com expressivo número de fábricas fundadas e aumento da capacidade nas unidades produtivas já

existentes; por fim, d) o período que vai de 1905 até 1914, início da Primeira Guerra Mundial, no qual se verificou novamente um aumento acelerado da capacidade produtiva, possibilitado pelo processo típico de substituição de importações que o precedeu (VERSIANI; VERSIANI, 1978).

Os períodos acima referidos viabilizaram a constituição de um estoque de equipamentos que permitiu que os produtores resistissem às fases subsequentes de importações mais caras, as quais, por seu turno, corresponderam a períodos de expansão de produção e de lucros, possibilitando investimentos posteriores. Observa-se, portanto, que os períodos de surtos de investimentos e de produção intercalaram-se.

Os dados históricos parecem confirmar a hipótese de que as variações da taxa de câmbio influenciaram os investimentos na indústria têxtil; desse modo, os surtos de investimento ocorreram em períodos de câmbio valorizado, os quais possibilitaram as importações de maquinaria, seguidos por surtos de produção, quando o câmbio se encontrava desvalorizado. Outro fator que contribuiu para a industrialização têxtil foi a proteção tarifária, embora os autores afirmem que há uma tendência a minimizar o efeito estimulante que as tarifas produziram no processo de substituição de importações. Versiani e Versiani (1978) não têm dúvidas de que o principal objetivo da imposição de tarifas era a mobilização de receitas para o governo, no entanto, várias reformas tarifárias buscaram introduzir medidas de incentivo à produção local.

Versiani e Versiani (1978) chamam a atenção para o exame do papel do Encilhamento no período inicial de expansão da indústria têxtil; embora Fishlow (1972) faça referência às possibilidades de captação de recursos à época, sustentando que a grande atividade financeira nesse período teve, além de elementos especulativos, muito de substancial e duradouro – o que restaria demonstrado pelo aumento extraordinário de capital das indústrias têxteis na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro –, os autores argumentam que, com base nos dados disponíveis, essa expansão de capital parece ter sido feita, em grande parte, muito mais em função da incorporação de reservas e de consequente distribuição de bonificações do que de novas chamadas de capital. Dessa forma, apesar de reconhecerem que, provavelmente, a expansão do crédito e a movimentação do mercado de títulos – típicos do Encilhamento – tenham beneficiado a captação de recursos pelas empresas têxteis pré-estabelecidas, referem ser quase certo que essa contribuição tenha sido marginal em relação ao reinvestimento de lucros. Outrossim, os pesquisadores concluem que o período do Encilhamento parece ter tido um impacto muito limitado no aumento da capacidade da indústria têxtil (VERSIANI; VERSIANI, 1978).

A Primeira Guerra Mundial recebe interpretações diversas sobre seu papel no processo de industrialização do Brasil. Enquanto os defensores da teoria dos choques adversos a veem como o grande impulso inicial da industrialização, os adeptos da

teoria da industrialização induzida pelas exportações – comumente chamados de revisionistas – entendem que o primeiro conflito mundial teria desacelerado o ritmo em que vinha se processando o crescimento industrial. Os autores utilizam o exemplo da Companhia Cedro e Cachoeira a fim de ratificar sua afirmação de que os grandes lucros obtidos durante a Primeira Guerra Mundial estimularam investimentos no momento posterior. Segundo os analistas, a referida empresa não conseguia sequer pagar os juros de suas dívidas em 1913; contudo, graças à guerra, a situação financeira da companhia modificou-se de tal maneira que, a partir de 1918, foi possível inclusive fazer melhoramentos na fábrica. Versiani e Versiani (1978) defendem, ainda, que, para muitas firmas, o período imediatamente anterior ao conflito foi uma época de crise – nesse sentido, verifica-se que as condições desfavoráveis aos produtores internos vinham manifestando-se desde 1911. Essa observação, consoante os autores, põe em dúvida o argumento revisionista de que a Primeira Guerra Mundial teria interrompido um crescimento industrial anterior; os pesquisadores sugerem, ao contrário, que o conflito pode ter sido uma salvação para muitos produtores.

A década de 1920, apesar de ser normalmente considerada um período sem expressividade no que se refere à industrialização, correspondeu a um período de aumento na capacidade produtiva. Dessa forma, a extensão da capacidade instalada durante essa década teve efeitos significativos nos anos de grande expansão da demanda após a Grande Depressão e, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial (VERSIANI; VERSIANI, 1978).

Versiani e Versiani (1978, p. 141) sustentam, por fim, que as duas principais teorias sobre a industrialização brasileira – “teoria dos choques adversos” e industrialização induzida pelas exportações – são incompletas, pois os choques adversos não teriam tido o impacto que tiveram se não tivessem sido precedidos por fases de formação de capacidade produtiva; a interpretação da industrialização como resultado direto da expansão das exportações, por sua vez, aparece como “notoriamente insuficiente e simplista”. As fases de substituição de importações ocasionadas por dificuldade no setor externo são de considerável importância, uma vez que, conforme exposto anteriormente, nas fases iniciais do processo de expansão industrial, os industriais não possuíam uma identidade própria, principalmente devido ao fato de que a atividade manufatureira era subsidiária à importação. Assim, os períodos de ampliação de produção e de lucratividade parecem ter atraído um número maior de investidores para a indústria, fortalecendo a posição dos industriais no quadro de forças políticas. Os autores atestam que os surtos de expansão de produção teriam marcado mais do que uma mudança quantitativa no processo de industrialização, mas também uma mudança na constituição setorial da indústria, com a “diminuição gradativa de importância dos bens de consumo de massa, até então predominantes” (VERSIANI; VERSIANI, 1978, p. 142).

4. Os impactos da Primeira Guerra Mundial e a industrialização brasileira: a interpretação de Warren Dean

O primeiro autor a formular uma crítica elaborada acerca da proposição de que a indústria brasileira havia crescido substancialmente durante a Primeira Guerra Mundial foi Warren Dean (1971). O autor inicia o primeiro capítulo de seu livro *A industrialização de São Paulo* afirmando que a industrialização de São Paulo dependeu, desde o início, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do café, o que o torna mais inclinado à teoria da industrialização induzida pelas exportações defendida por Peláez. O autor alega que o café era a base do crescimento industrial brasileiro porque proporcionava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial: a economia monetária, já que, sem produção para exportar, os proprietários de terra paulistas possuíam pouca necessidade de dinheiro em caixa ou em crédito. O pagamento em dinheiro dos produtos aumentou o volume de moeda em circulação, dando origem, em 1870, a umas poucas fábricas de tecidos na província, as quais transformavam o algodão produzido em vestimentas trajadas pelos escravos. O uso do dinheiro difundiu-se mais ainda com o advento da mão de obra livre, bem como com a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nos cafezais.

Dean (1971) argumenta que o comércio do café, além de originar a procura da produção industrial, custeou grande parte das despesas gerais, econômicas e sociais necessárias a tornar vantajosa a manufatura nacional, como a construção de estradas de ferro e de companhias elétricas. A transformação social provocada pelo café – que se traduz não apenas na presença de mão de obra nativa e imigrante, mas também na necessidade de um quadro de técnicos contratados na Europa para gerir as plantações, construir estradas de ferro, entre outras atividades – beneficiou sobremaneira as primeiras fábricas instaladas no Brasil.

O autor apresenta dados sobre a indústria paulista que ratificam a afirmação de que o parque industrial de São Paulo cresceu rapidamente durante os trinta primeiros anos da Primeira República. Esse acelerado progresso da industrialização, segundo Dean (1971), deve-se à expansão geográfica do mercado de São Paulo, que se tornava independente do Rio de Janeiro⁸, à política fiscal do governo, que, embora não tenha sistematicamente sido destinada à indústria, acabou contribuindo para o desenvolvimento do setor manufatureiro, e a outras medidas oficiais que tiveram efeito marginal sobre a produção nacional. Segundo Dean (1971, p. 93):

8 O pesquisador refere que as mercadorias desembarcadas na Guanabara estavam sujeitas a uma taxa federal de 2%, o que não ocorria nas docas de Santos, de propriedade particular, e que a decadência do Vale do Paraíba provavelmente incentivou diversos importadores do Rio a abrir filiais em São Paulo (DEAN, 1971, p. 92).

É evidente que o crescimento continuado da indústria paulista resultou do crescimento do comércio do café. O negócio do café proporcionava a procura, as perspectivas do negócio do café estimulavam o investimento, em sua maioria do setor do café, e o negócio do café criava as despesas gerais econômicas necessárias e pagava os impostos. Durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa. Durante os anos maus do café, como aconteceu em 1892, 1895 e novamente entre 1902 e 1906, a indústria local parece haver agonizado.

O autor contesta o argumento de que a indústria cresceu durante a Primeira Guerra Mundial, alegando que o evento não foi, por si só, estimulante para a indústria paulista, tendo parte dos influxos positivos decorrido do aumento de exportação de manufaturados, como carne congelada, açúcar refinado e tecidos de algodão. Dean também refuta a premissa de que o declínio nas fases de crise pudesse proteger a indústria brasileira, uma vez que, na crise, a demanda devia declinar devido à retração na renda interna – subsequente à queda das exportações – e ao aumento do custo das importações de matérias-primas e de máquinas, o que bloqueava o crescimento da indústria (SAES, 1989, p. 24).

O historiador defende que a Primeira Guerra Mundial aumentou significativamente a procura de manufaturados nacionais; tornou, contudo, quase impossível a ampliação da capacidade produtiva para satisfazer essa demanda. O analista também defende que as fortunas feitas durante a guerra provieram de novos ramos de exportações, do aumento da jornada de produção e de fusões e/ou reorganizações, chegando a se perguntar se a industrialização de São Paulo não teria se processado mais depressa se não tivesse havido guerra (DEAN, 1971).

A respeito da Grande Depressão, Dean (1971) pondera que, ainda que se possa observar uma produção consideravelmente elevada em alguns setores na década de 1930, especialmente no ramo dos tecidos de algodão, do cimento e do ferro gusa, deve-se ter em mente que os tecidos de algodão não representavam inovação e que quase todos os recursos para a produção dos três produtos citados anteriormente já haviam sido instalados por volta de 1929. Outrossim, embora se possa demonstrar que o crescimento da indústria paulista foi lento entre as guerras – o que, para o autor, invalida em grande parte as tentativas de Furtado de explicar por que a indústria em São Paulo cresceu rapidamente –, esse raciocínio ainda pode ser utilizado para explicar como não se registrou depressão industrial no Brasil mesmo diante do declínio do comércio mundial.

5. Industrialização *versus* surtos industriais: a contribuição de Villela e Suzigan

Villela e Suzigan (1973) afirmam que, até a Primeira Guerra Mundial, não houve um processo contínuo de industrialização, mas dois surtos de crescimento industrial, cujas causas os autores propõem-se a investigar. Ao se questionarem que fatores permitiram o aparecimento de um setor industrial em uma economia tipicamente agrícola, que possuía uma classe empresarial formada por fazendeiros e importadores, os pesquisadores sugerem que a mola propulsora do surto industrial ocorrido em São Paulo, principal centro industrial do país, foi a própria monocultura do café, que gerou as poupanças investidas em infraestrutura e nas atividades industriais substitutivas de manufaturas importadas, como tecidos, bebidas, e alimentos, entre outras.

A imigração europeia também aumentou o fluxo de geração de renda, tendo em vista que os imigrantes recebiam sua remuneração em moeda, ao contrário dos nativos, e que possuíam hábitos de consumo mais diversificados. Ademais, os trabalhadores estrangeiros que deixavam os cafezais – por dificuldades de adaptação ao trabalho ou em razão das crises de superprodução de café – migravam para as cidades e serviam como mão de obra para as indústrias. Citando Dean (1971), os autores indicam que a sequência observada no surgimento da classe empresarial foi: fazendeiros de café, importadores e imigrantes (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Villela e Suzigan (1973), assim como Versiani e Versiani (1978), destacam a importância dos importadores que se tornaram industriais, já que estes possuíam um amplo conhecimento do mercado e acesso facilitado ao crédito bancário, o que permitia a importação de equipamento para as fábricas. Os autores também salientam as políticas tarifárias e as desvalorizações cambiais, que compeliram os importadores a diversificar suas atividades e, conseqüentemente, a investir na indústria manufatureira.

Os analistas sintetizam que as atividades industriais geradas pela produção cafeeira tornaram-se possíveis graças ao aparecimento de uma classe empresarial industrial que se serviu de fatores como: a) os efeitos da política governamental, especialmente da política tarifária, que, concedia isenções fiscais para a importação de algumas matérias-primas e de equipamentos para a indústria, além de onerar demasiadamente as demais importações, bem como da política cambial, pois as desvalorizações cambiais protegiam as indústrias de processamento de matérias-primas locais; b) os investimentos em ferrovias proporcionados pela cafeeicultura, que permitiram uma integração do mercado paulista com o de outros Estados, como Rio de Janeiro e Minas Gerais; c) a fartura de matérias-primas locais, entre as quais se pode citar algodão, couros, cana-de-açúcar, madeiras, entre outras; d) o progresso na capacidade geradora de energia elétrica, financiada por investimento estrangeiro, como também destacado por Topik (1987); e o aumento e a diversificação da

demanda por produtos industriais devido ao acelerado processo de urbanização (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Villela e Suzigan (1973) sustentam que os primeiros anos da República no Brasil talvez tenham sido o único período, antes dos anos 1930, em que a política governamental manifestou interesse em promover o desenvolvimento da indústria. Embora existisse a crença de que o fortalecimento ou a criação de uma classe empresarial industrial era importante para o firme estabelecimento da República, a política não apresentava um conjunto coordenado de medidas capaz de promover a industrialização. O Encilhamento, período caracterizado pela expansão de crédito e pela pluralidade de bancos emissores de moeda, logo foi sucedido por políticas de contenção monetária.

O crescimento da indústria estava subordinado ao comércio exterior, uma vez que a formação de capital na indústria dependia da importação de máquinas e de instalações industriais. Além disso, a própria produção era função da importação de combustíveis e de matérias-primas básicas. Dessa forma, a evolução do comércio exterior – sobretudo do café – condicionava o aparecimento de surtos de industrialização. Embora os interesses mais influentes na política governamental tenham sido os da classe rural, o que, de certa forma, dificultava o desenvolvimento industrial, houve, ao que tudo indica, um surto industrial na primeira década da República. A introdução da tarifa-ouro sobre as importações em 1890-1891, que posteriormente foi substituída por um aumento nas alíquotas de importações, forneceu uma proteção às indústrias que processavam matérias-primas locais, além das já mencionadas desvalorizações cambiais. Ainda que os dados da época sejam escassos, eles indicam que o crescimento da produção industrial se intensificou em 1896-1899, tendo sido interrompido pela introdução, a partir do fim de 1898, de medidas severas de contenção do governo para combater as indústrias artificiais, que teriam surgido a partir da proteção tarifária excessiva e da desvalorização cambial (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Segundo os autores, as “políticas contencionistas” do governo não impediram um novo surto de industrialização a partir de 1903, o qual se acentuou entre 1905 e 1913. Os efeitos depressivos da estabilidade monetária e cambial foram compensados pelo estímulo gerado graças ao aumento das despesas autônomas do governo federal, especialmente a partir de 1908, o que contribuiu para um aumento na atividade econômica geral e beneficiou indiretamente as indústrias, tendo em vista que foram feitos grandes investimentos públicos em ferrovias. Contudo, o café e sua política parecem ter sido os fatores mais importantes para esse novo surto de industrialização. O plano de valorização do café não produziu resultados práticos até 1908; no entanto, a partir de 1909, o preço do café passou a se elevar, o que proporcionou o aumento das relações de troca e da capacidade de importar, e, conseqüentemente, a formação

de capital no setor industrial, sobretudo em 1910-1913. Villela e Suzigan (1973) indicam que o crescimento da capacidade de produção da indústria até 1913 possibilitou o aumento da produção industrial no período de guerra, criticando os adeptos da teoria dos choques adversos, que, segundo os autores, classificam erroneamente o período de guerra como de rápida industrialização.

O novo surto de industrialização anteriormente mencionado (entre 1903 e 1913) foi marcado por uma significativa substituição de importações, as quais sofreram uma modificação, pois, enquanto as importações das indústrias dinâmicas – matérias-primas básicas e bens de capital – aumentaram, as das indústrias tradicionais – bens de consumo – diminuíram, o que demonstra um avanço no processo de industrialização. Os autores defendem que os efeitos da crise internacional de 1913 e da Primeira Guerra Mundial dificultaram o prosseguimento desse surto, pois a relação de trocas foi abruptamente reduzida, assim como a formação de capital na indústria. Portanto, de acordo com os pesquisadores, ainda que tenha havido um aumento da produção industrial durante a guerra, é improvável que tenha havido uma continuação da industrialização (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Os autores relembram que as interpretações de Roberto Simonsen, Caio Prado e Nícia Vilela Luz (refutadas por Warren Dean) consideram que, a despeito de já existir um número considerável de estabelecimentos fabris antes da Primeira Guerra Mundial, foi durante o período 1914-1918 que se observou o primeiro grande surto industrial. Os autores dedicam-se a mostrar que a evidência empírica disponível contraria a opinião dos três autores supracitados, que também pode ser entendida como uma antecipação da “teoria dos choques adversos”, visto que os indicadores do produto industrial para os quatro gêneros de indústria que representavam 50% do valor adicionado na indústria em 1919, de acordo com o Censo Industrial de 1920, não acusam aceleração marcante durante os anos da Primeira Guerra Mundial, e sim oscilações, especialmente na indústria têxtil, que era a mais importante de todas, pois contribuía com 24,6% da produção líquida da indústria em 1907 e 29,6% em 1919.

Analisando as importações por tipo de bens de 1911 a 1918, os autores concluem que é pouco provável que possa ter havido um surto de industrialização durante a guerra, apesar da queda drástica das importações de bens de capital, do consumo aparente de aço e cimento, e das importações de combustíveis e de matérias-primas. Villela e Suzigan defendem que o que parece ter havido foi um impacto positivo do aumento da demanda externa de alguns produtos industriais ou semi-industriais. Os dados das exportações da indústria de alimentos e tecidos sugerem que, durante a Primeira Guerra Mundial, o crescimento da produção industrial deveu-se mais à expansão do mercado externo para os produtos da indústria de alimentos do que à ampliação da capacidade produtiva para atender um aumento inusitado da demanda interna por bens de consumo. Os pesquisadores indicam ter havido maior

utilização da capacidade produtiva existente e substituição de certos produtos intermediários cujo consumo aparente sofreu queda expressiva, como ferro-gusa e carvão importados por nacionais (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Os indicadores da formação de capital fixo na indústria sugerem que o surto industrial parece ter ocorrido nos anos 1905-1912, e não em 1914-1918, uma vez que as importações de equipamento industrial vinham crescendo quando foram interrompidas pela guerra em 1914, tendo recuperado os níveis de 1912 apenas em 1925. Os anos 1905-1912 foram marcados por uma valorização da moeda, seguida de uma estabilização cambial, o que facilitou a importação de bens de capital para a indústria. As exportações de produtos industriais ou semi-industriais, que cresceram durante a Primeira Guerra Mundial, praticamente findaram após o término do conflito mundial, que indica que os seus preços não eram competitivos. Por fim, os autores concluem, assim como o faz Dean, que “talvez o correto seja indagar se o surto industrial que parece ter ocorrido nos anos 1905-1912 não teria levado a um processo de industrialização na ausência da guerra de 1914-1918” (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p. 150).

No início da década de 1920, a estrutura da produção industrial brasileira pouco havia se modificado, sendo ainda composta substancialmente de indústrias de bens de consumo. Apenas na segunda metade dos anos 1920 as indústrias siderúrgicas e de cimento começaram a ter expressão, como sugerido por Peláez (1972). O expressivo desenvolvimento observado na indústria de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo durante a década, graças ao aproveitamento do enorme potencial hidráulico da região, representou uma importante melhoria na utilização da força motriz. No entanto, analisando as taxas anuais de crescimento da produção industrial de 1911-1928, verifica-se que a década de 1920, para o conjunto das indústrias, foi um período de fraco desempenho. Os autores destacam que o pequeno crescimento da indústria têxtil foi a principal causa do baixo ritmo de crescimento da produção industrial em 1928, comparado com 1920, uma vez que as indústrias que cresceram a altas taxas tinham participação pouco expressiva (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

As flutuações e o baixo nível de desenvolvimento da produção industrial nos anos 1920 podem ser explicados, em grande medida, pela condução instrumental da política econômica. As alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial acarretaram variações na produção industrial. Os anos 1922-1923, nos quais houve aumento nos meios de pagamento, grandes déficits orçamentários e desvalorização cambial e alta de preços, foram o único período em toda a década em que a produção industrial atingiu níveis elevados. Nos anos 1924-1926, as políticas de contenção monetária, cambial e fiscal acarretaram um período de estagnação industrial. Durante o biênio 1927-1928, com a retomada da expansão dos meios de crédito e com a desvalorização cambial de 1927, a produção industrial se recuperou. Os pesquisadores observam que as

alterações na política cambial parecem ter provocado efeitos contrários sobre a produção industrial e sobre a formação de capital na indústria. Dessa forma, nos anos de forte desvalorização cambial, a produção industrial cresceu, tendo em vista que as importações de produtos manufaturados concorrentes tornaram-se mais caras, enquanto as importações de bens de capital caíram. Já nos anos de valorização cambial, a produção industrial caiu e ficou estagnada, ao mesmo tempo em que as importações de bens de capital subiram (VILLELA; SUZIGAN, 1973).

Faz-se oportuno destacar que Suzigan publicou obra, fruto de sua tese de doutoramento, em 1986, na qual apresenta as principais interpretações acerca do início do processo de industrialização brasileira. Este trabalho, por sua vez, conquanto se utilize da taxonomia proposta por Suzigan, busca resgatar e sistematizar apenas as interpretações críticas à tese furtadiana, extrapolando, assim, o escopo da obra seminal de Suzigan.

Entende-se, dessa forma, que uma das principais contribuições do trabalho de Suzigan, cuja edição mais recente foi publicada em 2000, refere-se à interpretação alternativa das origens do desenvolvimento industrial brasileiro com base na teoria do crescimento induzido por produtos básicos de Watkins (1963) e na abordagem dos *linkages* generalizados ao crescimento de Hirschmann (1981). O autor afirma que a essência do processo pelo qual a expansão das exportações induz o investimento em outras atividades da economia é o efeito de encadeamento. Esses encadeamentos de produção, tanto ‘para frente’ quanto ‘para trás’ impactam os investimentos industriais da mesma forma que *linkages* de consumo (mercado doméstico) e fiscal (quando o imposto cobrado do setor exportador é empregado para financiar investimentos em outros setores, entre eles a própria indústria). Tal interpretação pode ser considerada uma forma mais sofisticada de defender a tese central de Peláez, uma vez que corrobora o entendimento de que a indústria cresceu no período voltado “para fora” e justamente impulsionada pelas próprias exportações (FONSECA, SALOMÃO, 2017).

6. Intervenção estatal e industrialização no período agro-exportador: o trabalho de Steven Topik

Ao analisar as origens da industrialização no Brasil, Topik (1987) destaca a intervenção do governo nesse processo até 1930. O autor, assim como Peláez (1972) e Dean (1971) demonstra que o setor manufatureiro brasileiro não pode ser ignorado.

Topik (1987) observa que, durante toda a Primeira República, a indústria brasileira – que contava com capital limitado, mercado doméstico pequeno e burguesia industrial ainda incipiente – cresceu na sombra da agricultura. Em consonância com o sustentado por Dean (1971), o autor aduz que, apesar de praticamente toda a ajuda do

Estado ter sido destinada à agricultura, as indústrias conseguiram multiplicar-se de maneira considerável. Topik afirma que, após a Primeira Guerra Mundial, as indústrias de base, como aço e carvão, tornaram-se prioritárias para o Brasil em função da sua importância para a defesa nacional; no entanto, os administradores públicos não tiveram apoio político e tampouco independência e disposição suficientes para estabelecer uma política dinâmica de industrialização.

O progresso das indústrias foi muito lento durante o Império, embora o fim da proibição da atividade manufatureira tenha sido decretado com a vinda da família real para o Brasil, em 1808. Não obstante, a abertura dos portos aos navios estrangeiros e o estabelecimento de tarifas reduzidas coibiu o surgimento de indústrias. O início da expansão da cafeicultura impediu a industrialização, uma vez que absorveu os recursos disponíveis, manteve o trabalho escravo e um Estado com políticas monetárias e leis corporativas e conservadoras. Contudo, com o tempo, o próprio café – e outros produtos agrícolas como o açúcar, o cacau e a borracha – derrotou as relações pré-capitalistas que havia iniciado, passando a estimular o acúmulo de capital e a criação de um mercado doméstico (TOPIK, 1987).

Embora a capacidade produtiva tivesse tido um crescimento expressivo na década de 1880, quando a República foi proclamada, o Brasil ainda não era uma economia industrializada. Grande parte dos estabelecimentos era artesanal e produzia simples bens de consumo, como alimentos e roupas, concentrando-se no Distrito Federal. As indústrias de base e de bens de capital eram inexistentes, e o futuro grande polo industrial, São Paulo, ainda não havia se desenvolvido (TOPIK, 1987).

Topik (1987) alega que a revolução republicana abriu uma breve era de euforia industrial que classificou a década de 1890 como o primeiro período de substituição de importações. Ainda que as indústrias tenham sido amplamente beneficiadas pelas políticas da época – legislação bancária e empresarial, política monetária expansionista, aumento das tarifas alfandegárias e redução do custo de importação para a maquinaria –, essas medidas foram o reflexo de ajuda concedida a outros setores considerados prioritários pelo governo. O autor também destaca que algumas medidas foram inclusive prejudiciais às indústrias, como o Acordo Comercial Blaine-Mendonça, assinado entre o Brasil e os Estados Unidos. O analista esclarece que o referido acordo concedeu uma série de reduções sobre produtos industriais norte-americanos em troca de ausência de taxa de produtos brasileiros nos Estados Unidos, o que provocou a ira dos industriais brasileiros. Topik (1987, p. 156) também cita alguns dispositivos da Constituição de 1891 como prejudiciais às indústrias, uma vez que, ao transmitir a responsabilidade da cobrança da taxa de exportação do governo federal aos estados, a Carta Magna dificultou a criação de um mercado nacional, “já que todos os produtos passaram a ser taxados na saída dos seus estados de origem, sem distinção entre aqueles destinados à exportação e os que iam apenas para outros estados”. O

autor conclui que os principais beneficiários dos programas de Deodoro da Fonseca não foram os empresários industriais, mas os banqueiros.

Floriano Peixoto é geralmente visto como o presidente entusiasta da industrialização; porém, apesar de seus defensores considerarem a expansão das indústrias fundamental para o crescimento da mobilidade social e da independência econômica, o governo de Floriano enfrentou forças políticas e condições econômicas desfavoráveis ao processo de industrialização, uma vez que o pensamento dominante à época era de que a federação e o *laissez-faire* eram vitórias da fundação da República. Embora não tenha demonstrado apoio à indústria por meio de sua política monetária e orçamentária, Floriano não se negou a socorrer a atividade manufatureira. Uma das principais medidas do presidente foi o aumento das tarifas alfandegárias, isenção de tarifas incidentes sobre matérias-primas e máquinas necessárias para a indústria em 1892. Floriano também reduziu muitas das vantagens concedidas aos Estados Unidos pelo Tratado Blaine-Mendonça, aumentando impostos e aplicando taxa sobre a importação de produtos isentos. Topik (1987) salienta que provavelmente a medida mais importante e totalmente inédita em apoio à indústria adotada pelo governo de Floriano tenha sido a concessão de um empréstimo aos industriais em 1892, considerado o primeiro financiamento para o desenvolvimento industrial brasileiro.

A indústria passou por uma fase de grande crescimento no fim da década de 1880 e no início da de 1890; esse êxito, contudo, devia-se mais à maior disponibilidade de recursos, à moeda brasileira mais barata e à febre do mercado de ações do que à política tarifária e a empréstimos públicos. O autor sustenta que o impacto dessa primeira explosão foi duplo: por um lado, a capacidade industrial instalada aumentou e o setor industrial assumiu uma importância econômica e política nunca antes vista no Brasil, não sendo mais possível ignorá-lo; por outro, os efeitos secundários das novas políticas influenciaria o pensamento político até o final da República, como a inflação, a queda do mil-réis e a falta de confiança dos investidores estrangeiros. Topik (1987) ressalta que os governos subsequentes tentaram recuperar o valor do mil-réis e equilibrar o orçamento, medidas que dificultariam novas ajudas às indústrias, além de salientar que, após a experiência de intervenção do Estado, a expansão da moeda ficou desacreditada.

No entanto, as necessidades do Tesouro Nacional impediram que os presidentes paulistas que sucederam a Floriano seguissem com favorecimento à indústria, tendo em vista que 70% de todas as receitas federais provinham das tarifas de importação. Assim, tornava-se inviável adotar uma política de livre-comércio, conforme defendido por Joaquim Murinho, que sustentava que o protecionismo aumentava o custo de vida, elevava o custo da mão de obra e, conseqüentemente, enfraquecia a capacidade de competição do Brasil na exportação. Para Murinho, apenas as indústrias naturais – as que tivessem capacidade de produzir resultados

ótimos em relação ao capital investido, com o preço mais baixo de um regime de livre concorrência – mereciam sobreviver no Brasil (TOPIK, 1987).

Em 1895, as tarifas para importação eram relativamente elevadas, tendo o Congresso aprovado, três anos depois, uma tarifa mais liberal; não obstante, quando as receitas continuaram caindo, o Congresso não hesitou em retomar as tarifas mais protecionistas. Topik aponta que, apesar da proteção obtida com a política do governo, que incluía tarifas alfandegárias como porcentagem do preço final, o preço real em mil-réis foi diminuindo. Ainda que a preocupação principal de Murinho fosse recuperar o crédito externo do Brasil e voltar ao padrão-ouro, relegando a importância da indústria a um segundo plano, o setor manufatureiro registrou desempenho satisfatório nos governos de Campos Sales e de Rodrigues Alves. O crescimento industrial nessa época decorreu de fatores independentes da política oficial, como os baixos preços do café e a proibição de novos cafezais, o que desviou elevada soma de capitais para as indústrias, e a entrada de capitais estrangeiros no Brasil após o fim da depressão mundial da década de 1890, bem como a estabilização do mil-réis (TOPIK, 1987).

Com a posse de Afonso Pena, em 1906, a aceitação da indústria como parte necessária da economia nos círculos oficiais aumentou. Topik classifica Afonso Pena como o “presidente industrial”, uma vez que possuía uma mina de ouro e uma grande indústria de tecelagem em Minas Gerais. A crise do café na virada do século fez com que os produtores rurais – que, embora tivessem investimentos em fábricas, eram geralmente hostis à indústria como um todo – aceitassem bem a nova orientação federal em prol da industrialização. Entretanto, o autor ressalta que a onda intervencionista depois de 1906 foi guiada muito mais por interesses agrícolas do que por interesses industriais (TOPIK, 1987).

Ainda assim, as indústrias também receberam outros benefícios, como os concedidos pela Caixa de Conversão (1906), que fornecia proteção com a estabilização do mil-réis a um nível relativamente baixo e expandia o meio circulante, resultando em maiores facilidades de crédito para o sistema bancário. Ademais, o influxo de capitais estrangeiro contribuiu para o *boom* industrial e para a ajuda prestada pelo Estado. Topik (1987) observa que, entre 1905 e 1914, o Brasil recebeu o maior influxo de investimentos estrangeiros de sua história antes da Segunda Guerra Mundial. O autor argumenta que a ajuda direta e indireta do Estado – somada à crise do café e aos investimentos externos – foi o fator responsável pela acelerada industrialização durante a Primeira República:

O censo de 1920 mostrou que 29% das indústrias então em operação tinham sido implantadas entre 1905 e 1914; elas tinham 24% de todo o capital e contribuíam com 27% da produção. Esses números, entretanto, subestimam o verdadeiro crescimento daquele

período, por não levar em consideração a expansão das indústrias já operando anteriormente. A produção das fiações, seu capital, número de fusos, teares e operários mais que dobrou entre o período de 1902-1906 e 1914. De todos os equipamentos de fiação e tecelagem em operação em 1945, metade tinha sido instalada antes de 1915. Outros setores também ampliaram sua capacidade produtiva. As importações de bens de capital em 1912 foram três vezes maiores que em 1906. Na mesma época a produção de alimentos para o mercado interno também crescia muito (TOPIK, 1987, p. 171).

A visão de Topik (1987) sobre a Primeira Guerra Mundial aproxima-o do pensamento dos teóricos da industrialização induzida pelas exportações. O autor admite que a guerra causou uma aceleração do crescimento industrial, no entanto, afirma que isso se deu muito mais em função das mudanças temporárias na economia mundial do que de medidas tomadas pelo Estado. O autor, inclusive, ressalta a pouca preocupação do governo brasileiro com o desenvolvimento industrial durante a guerra, considerando o ambiente favorável à indústria nos anos que precederam o conflito mundial. Enquanto a Europa e os Estados Unidos reagiram à guerra aumentando sua presença econômica e estimulando a produção industrial, o Brasil aderiu à política de *laissez-faire* e, posteriormente, restringiu sua intervenção à ajuda aos cafeicultores. A única exceção foram poucos setores industriais que eram considerados importantes para a segurança nacional, como as indústrias pesadas de ferro, aço e carvão. É importante ressaltar, contudo, que, assim como Peláez (1972), Topik (1987) reconheceu a grande importância dos investimentos estrangeiros para a implantação dessas indústrias, tendo em vista a pouca disposição dos capitalistas nacionais em investir nesses setores.

Sobre o embate entre a “teoria dos choques adversos” e a teoria da industrialização induzida pelas exportações, Topik (1987) entende ser inegável o fato de que a Primeira Guerra Mundial provocou uma crise dramática no custo das importações, o que permitiu que os produtos nacionais ocupassem mercados, aumentassem seus preços e obtivessem sólidos lucros. Nesse sentido, para o autor, o “choque negativo” da guerra incentivou a industrialização. Topik pondera, por outro lado, que, tendo em vista que o mercado e a capacidade produtiva já existiam antes da guerra, deviam ser considerados consequência das exportações, o que torna seu pensamento mais alinhado ao de Peláez.

O autor sustenta que a capacidade limitada do Brasil durante a Primeira Guerra impedia a importação de bens de capital; no entanto, não se observou a implantação de significativas indústrias de bens de capital no país à época. Topik (1987) esclarece que o capital acumulado ao longo do conflito permitiu a importação de grandes quantidades de bens de capital após 1918 e que, dessa forma, houve um processo que levou à industrialização em duas fases: proteção contra a concorrência estrangeira e

acumulação de capital seguida pela oportunidade de transformar o capital acumulado em investimento através das importações.

Topik (1987) também parece enxergar uma relação de complementaridade entre o café e a indústria. O autor afirma que, embora a defesa do café tenha retirado algum capital da indústria, ela, ao mesmo tempo, ajudou a dobrar o PNB entre 1918 e 1928, ampliando o mercado interno. O analista também destaca que a defesa do café melhorou as condições de comércio exterior do Brasil, facilitando a entrada de capitais estrangeiros, os quais assumiram uma função importante no crescimento industrial depois da guerra. Topik observa que incentivos fiscais e concessões especiais eram atrativos para algumas empresas estrangeiras, porém os maiores estímulos para investir no Brasil eram o crescente mercado doméstico, as barreiras tarifárias protecionistas e a oportunidade de aquisição de empresas nacionais a preços baixos devido à queda do mil-réis. Ainda que filiais de empresas estrangeiras no Brasil não trouxessem muitas vantagens ao país, uma vez que estavam subordinadas aos interesses internacionais da matriz, elas aumentaram a capacidade produtiva da indústria brasileira e, progressivamente, passaram a produzir mais no país.

Diante das considerações arroladas, Topik (1987) conclui ter havido uma substancial industrialização no Brasil durante a Primeira República, em parte devido à política do Estado – consubstanciada nas barreiras tarifárias e no mil-réis desvalorizado –, e não apenas em razão do efeito multiplicador da expansão do setor exportador. O autor observa, contudo, que, enquanto a política oficial estimulava o crescimento de pequenas indústrias, ao mesmo tempo inibia o aparecimento de um setor dinâmico, moderno e verticalmente integrado. Não havia planejamento e tampouco empenho do governo brasileiro para coordenar o desenvolvimento de indústrias complementares. Conforme exposto anteriormente, as únicas exceções eram os setores considerados vitais para a segurança nacional.

De acordo com o autor, a importância do café para o desenvolvimento industrial também apresentava limites, tendo em vista que o setor cafeeiro utilizava poucas máquinas agrícolas – as quais eram geralmente importadas –; o grande reflexo industrializante foi causado pelas ferrovias, porém, elas importavam a maior parte dos seus insumos. O consumo do café estimou o aparecimento de pequenas instalações de torrefação e de moagem, mas esse número era tímido. Topik (1987) destaca que os produtos agrícolas plantados para o mercado interno tiveram maior contribuição para a industrialização, referindo que o açúcar, o algodão, o gado, o tabaco e o mate alimentaram a maior parte das mais importantes indústrias brasileiras, as quais, no entanto, não proporcionaram grandes reflexos nas indústrias de equipamentos, uma vez que utilizavam máquinas primitivas.

O autor ressalta que, embora algumas indústrias de base tenham obtido consideráveis progressos, o setor seguiu subdesenvolvido e incapaz de motivar o

crescimento autossustentado da indústria, com exceção da energia elétrica, que também dependeu de capitais estrangeiros. Topik (1987) pondera que, apesar de a política industrial do Brasil ter diminuído a dependência do país, tendo em vista que muitos bens antes importados passaram a ser produzidos internamente, a industrialização brasileira foi feita a partir da substituição de importações de produtos praticamente acabados, os quais eram menos rentáveis e tinham menor reflexo na criação de demanda industrial. O autor conclui que o setor industrial cresceu sem se tornar mais integrado e mais independente. A única mudança foi a forma da dependência, pois agora o Brasil dependeria da importação de bens de capital e de componentes estrangeiros, o que aumentou o poder econômico e político de empresários estrangeiros no país.

Os empresários industriais brasileiros não contestaram o conceito básico da vocação agrícola do país, pelo contrário, foram os primeiros a se opor à criação de uma indústria nacional de bens de capitais, preferindo importar maquinaria. Ademais, os industriais não se impuseram como uma classe independente, dependendo de seus aliados agricultores, e, conseqüentemente, o Estado só tomou medidas a favor da manufatura quando estas também beneficiaram outros setores. Topik (1987) sustenta que a maior parte das intervenções do governo federal em benefício da indústria tinham o objetivo de atender a agricultura e o Tesouro Nacional, o que fez com que o setor industrial brasileiro continuasse relativamente insignificante e primitivo. O autor finaliza afirmando que a indústria havia nascido nos intervalos da economia exportadora e que a política oficial pretendia mantê-la nessa posição secundária.

7. As interpretações marxistas: Sérgio Salomé Silva e João Manuel Cardoso de Mello

Saes (1989) afirma que, em meados dos anos 1970, o entendimento do crescimento industrial como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi consolidado em duas obras, as quais também representaram uma tentativa de solução para o impasse entre a teoria dos choques adversos e a da industrialização induzida pelas exportações: *Expansão cafeeira e origens da indústria*, de Sérgio Silva (1976) – texto original de 1973 – e *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello (1986), de 1975. O autor argumenta que Silva e Mello entendem que, para compreender a origem da indústria no Brasil, é necessário buscar suas pré-condições no desenvolvimento capitalista da economia cafeeira; dessa forma, a imigração europeia, o trabalho assalariado, a formação do mercado de trabalho e a constituição da burguesia cafeeira – essencialmente mercantil – são elementos presentes em ambas as análises.

Silva (1976) considera importante, antes de analisar as relações entre café e indústria, buscar as origens da burguesia industrial. Para o autor, uma grande parte – senão o próprio núcleo – da burguesia industrial na região do café surgiu da emigração europeia. O pesquisador alerta, no entanto, para o equívoco presente em trabalhos de diversos autores que consideram o imigrante desprovido de recursos e a pequena empresa como elementos centrais em suas teses sobre as características da burguesia industrial nascente no Brasil. Silva ressalta que a demonstração desse erro foi feita por Warren Dean (1971), que apontou a distinção entre os imigrantes que se tornaram industriais – pertencentes a famílias de classe média, com instrução técnica e/ou experiência no comércio ou na manufatura, e detentores de alguma forma de capital – e a massa de imigrantes, formada por trabalhadores.

Corroborando o entendimento de Dean (1971), Silva (1976) sintetiza que grande parte dos principais representantes da burguesia industrial nascente chegou ao Brasil como imigrante no fim do século XIX e trabalhou como importador. O núcleo dessa burguesia é composto por burgueses imigrantes que enriqueceram no comércio, atividade que possuía uma posição dominante na economia brasileira à época. O autor também chama a atenção para o estabelecimento de laços familiares entre a burguesia industrial nascente e a grande burguesia cafeeira, o que facilitou uma certa fusão de capitais.

Acerca da controvérsia entre as teorias que sustentam a existência de complementaridade entre café e indústria e as teses que veem o café como obstáculo à industrialização, Silva (1976) defende que ambas, de forma dialética, situam-se num mesmo plano. No entanto, o autor rejeita as teses iniciais de Dean (1971) e de Peláez (1972), que estabelecem uma relação inequívoca entre a expansão do setor exportador e a industrialização. Para Silva, as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, unidade e contradição. A unidade justifica-se pelo fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão do café provocou o surgimento – e um certo desenvolvimento – do setor manufatureiro; já a contradição está presente nos limites impostos ao desenvolvimento industrial pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital (SILVA, 1976).

Desse modo, a crise da economia cafeeira teve, simultaneamente, efeitos positivos e negativos sobre a indústria. Tendo em vista que a crise provoca a desvalorização cambial, ela atua como proteção à produção nacional, no entanto, também diminui a possibilidade de investimento pelo encarecimento das importações. Se por um lado a crise desempregou trabalhadores dos cafezais, por outro, ampliou a reserva de trabalhadores para a indústria no mercado urbano de trabalho. O mesmo aplica-se à política tarifária, pois, se as tarifas alfandegárias aumentam – para compensar a queda da receita do governo –, a produção nacional é protegida, porém,

mais uma vez, o investimento é bloqueado pelo aumento dos preços das importações de maquinário industrial. Percebe-se, portanto, que, nas relações entre café e indústria, “manifesta-se invariavelmente o caráter contraditório aqui exposto” (SAES, 1989, p. 32).

Por outro lado, percebe-se também que o nascimento da indústria, para Silva, resulta das contradições intrínsecas ao desenvolvimento da economia cafeeira, sobretudo do desequilíbrio externo. Durante o período estudado, a crescente dívida externa e as bruscas variações das cotações internacionais do café demonstravam a dependência comercial e financeira da economia brasileira em relação ao exterior, problema agravado com o desenvolvimento do capitalismo. Silva (1976) observa que a política fiscal adotada a partir do *funding loan* (1898), junto com o programa de valorização do café, tornou-se um dos principais instrumentos da política econômica brasileira, bem como serviu de orientação para que caminho a burguesia industrial nascente deveria buscar, uma vez que implicava uma certa distribuição do consumo interno entre produção doméstica e importações.

Os interesses fiscais da burguesia industrial nascente eram diferentes da política adotada pelo governo federal, diretamente controlado pela grande burguesia cafeeira. Os industriais pleiteavam tarifas alfandegárias que distinguissem produtos que possuíam ou não similares nacionais e lutavam pelo estabelecimento de um sistema alfandegário que facilitasse a aquisição de equipamentos no exterior para expandir suas fábricas. Para assegurar a reprodução do capital ao nível nacional, o governo conduzia uma política econômica que favorecesse, até certo ponto, a indústria local; não obstante, os efeitos industrializantes dessa política eram limitados pelos interesses dominantes da grande burguesia cafeeira e do capital estrangeiro. Silva propõe-se a mostrar que os aspectos contraditórios das relações entre o capital cafeeiro e o capital estrangeiro, de um lado, e o capital industrial, de outro, são “a manifestação da contradição própria às formas de reprodução do capital dominantes no Brasil” (SILVA, 1976, p. 107).

Embora a expansão cafeeira tenha sido a base de uma rápida acumulação de capital, os efeitos dessa concentração foram extremamente reduzidos ao nível de transformação do modo de produção. A produção local especializou-se em produtos primários, o que é uma tendência própria à divisão do trabalho no seio da economia mundial capitalista, tendo encontrado forte apoio ideológico nas oligarquias brasileiras, que defendiam a “vocação agrária” do Brasil. Silva (1976) sustenta que a divisão internacional do trabalho limitava os efeitos da acumula o ao nível da revolu o do modo de produ o e afirma que, por meio do desequilíbrio externo, a reprodu o do capital impõe transforma es necessárias   acumula o, quais sejam, o nascimento da indústria local e a conseqüente eleva o da produtividade tão necessária para a expansão do excedente e para a continua o da própria acumula o.

Dessa forma, “através da constante solução e realocação do desequilíbrio externo, o capitalismo brasileiro segue o seu caminho, escondendo no palheiro das atribuições financeiras a contradição que explica o seu próprio desenvolvimento” (SILVA, 1976, p. 109).

O desequilíbrio externo, para Silva (1976), não aparecia como expressão de choques adversos, mas sim da posição subordinada da economia brasileira na economia mundial, que definiu a economia cafeeira como núcleo do desenvolvimento do capitalismo no país, e o desequilíbrio externo como uma das contradições desse desenvolvimento. Contudo, o desenvolvimento industrial brasileiro, ocorrido no centro da economia cafeeira e, conseqüentemente, subordinado à economia mundial, não significou ruptura com a situação prévia.

Silva (1976) argumenta que a reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levaram ao surgimento e ao desenvolvimento da indústria, a qual, por sua vez, está em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro e com as formas de subordinação da economia do país. O autor afasta, no entanto, o que chama de noção simplista de contradição, segundo a qual as contradições internas do capital resultariam na sua própria destruição. Nesse sentido, nem a subordinação do Brasil à economia mundial e o capital cafeeiro excluem a industrialização nem a industrialização implica a destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial, e muito menos ainda a destruição do capitalismo no Brasil. O pesquisador sustenta que a industrialização pode, simplesmente, levar a mudanças nas formas de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil, como, por exemplo, a perda da posição dominante do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral (SILVA, 1976).

Silva (1976) conclui que os efeitos das formas de desenvolvimento ao nível das forças produtivas não podem ser classificados como entraves ao desenvolvimento do capital – e muito menos como entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, argumenta:

De um lado porque essas formas determinam ao mesmo tempo a possibilidade de uma acumulação relativamente rápida na indústria e na economia em geral. De outro lado, por que esses são efeitos do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por isso, o capital industrial não se opõe diretamente às formas de acumulação dominante, mas procura sempre desenvolvê-las em seu próprio proveito (SILVA, 1976, p. 115).

A tese do capitalismo tardio, de João Manuel Cardoso de Mello (1982), é essencialmente uma revisão da doutrina cepalina tradicional; no entanto, apesar de reconhecer a importância desta para a compreensão do desenvolvimento econômico da América Latina, refuta o caráter reflexo atribuído às economias latino-americanas

pela CEPAL. Suzigan (1986) afirma que a interpretação de Mello sugere que o desenvolvimento latino-americano, especialmente o brasileiro, é capitalista e determinado, primeiramente, por fatores internos e, secundariamente, externos. Nesse sentido, a emergência de um novo modo de produção capitalista dá-se a partir da transição do trabalho escravo para o assalariado. Verifica-se, portanto, a substituição da tradicional dicotomia fatores internos *versus* fatores externos como motores do crescimento por uma interpretação que enxerga o crescimento industrial como sendo, primordialmente, o resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, que depende da procura externa.

Embora Mello parta dos mesmos pressupostos que Silva, ou seja, de que a economia cafeeira cria as condições para o nascimento do capital industrial e de que as relações entre café e indústria são contraditórias, sua análise possui algumas diferenças em relação à do segundo autor. Embora considere os fatores externos o determinante do movimento da economia brasileira à época, Mello não aprofunda a relação da economia brasileira com a mundial; entretanto, ao conceber um modelo de ciclo conjunto dos capitais cafeeiro e industrial, a ótica do capitalismo tardio sugere uma dinâmica diferente da indicada por Silva (SAES, 1989).

Em Mello (1982), a tradicional periodização cepalina, que classifica o crescimento da economia brasileira como sendo voltado para fora até 1929 e que, a partir da Grande Depressão, volta-se para dentro em razão da crise do setor exportador, dá lugar a uma periodização que prioriza a transição da economia colonial para a mercantil nacional baseada no trabalho escravo e, posteriormente, para a economia capitalista exportadora. Nessa última fase, entre o final dos anos 1880 e 1920, deu-se a origem e a consolidação do capital industrial.

Suzigan (1986) afirma que, de acordo com a interpretação do capitalismo tardio, o capital industrial teve sua origem na década de 1880 através do rápido processo de acumulação de capital no setor exportador cafeeiro. À época, a introdução da máquina de beneficiar café e a construção de uma malha ferroviária para transportá-lo já haviam contribuído para a melhoria da qualidade do produto agrícola e para a redução dos custos de transporte, estimulando, desse modo, a acumulação de capital e aumentando a procura de mão de obra. Essas duas novas atividades utilizavam mão de obra assalariada, da qual os cafeicultores começaram a lançar mão em suas plantações, tendo em vista a onerosidade e o prenúncio da abolição do trabalho escravo. Nesse contexto, a imigração de trabalhadores livres foi a solução encontrada para a escassez de mão de obra, permitindo a transição da economia mercantil para a capitalista exportadora. Essas condições compreendem a acumulação prévia de capital para investimento na indústria, a constituição de um mercado de trabalho livre, a criação de um mercado doméstico para produtos industrializados e a capacidade de importar bens de salário, matérias-primas e maquinário (MELLO, 1982).

O capital industrial é visto como uma extensão do capital cafeeiro e como parte do “complexo exportador de café”, que inclui a produção e o processamento do produto, o sistema de transportes – estradas de ferro, portos, entre outros –, o comércio de importação e exportação e os serviços bancários. Durante os períodos de expansão das exportações, ocorreu uma transferência de capital cafeeiro para a indústria. Essa relação entre o setor exportador e o crescimento industrial, no entanto, não é linear. Saes (1989) aponta que, no modelo de ciclo conjunto do capital cafeeiro e do capital industrial, surgem diferenças entre as interpretações de Silva e Mello, pois, enquanto para o primeiro, o desequilíbrio externo aparece com papel decisivo na origem da indústria, para o segundo, ele pode ser identificado como um momento do referido ciclo.

De acordo com a interpretação de Mello (1982), a expansão da economia cafeeira é escolhida como ponto de partida para analisar as relações dos capitais cafeeiro e industrial. Na atividade cafeeira, o crescimento dos preços elevou a taxa de acumulação financeira mais rapidamente do que a real, possibilitando a transferência de capitais do café para a indústria, ainda que as margens de lucro desta fossem inferiores às do primeiro. Em sequência, a taxa de acumulação real cafeeira acelerou-se, buscando atrair recursos estrangeiros, impondo, portanto, maior concorrência externa à indústria já instalada, que se defendeu por meio da concentração e da centralização de capitais. Em relação aos agentes sociais do processo de acumulação de capital no setor industrial, Suzigan (1986) ressalta que, enquanto Mello (1982) enfatiza o papel dos cafeicultores como o grupo social que deu origem à burguesia industrial, Silva (1976) atribui esse papel aos burgueses imigrantes industriais.

Sob a ótica do capitalismo tardio, uma vez iniciada a reversão do ciclo de preços do café, após a grande acumulação, eleva-se a rentabilidade da indústria em relação ao café, o que permite a manutenção por algum tempo da taxa de acumulação da economia. Não obstante, deflagrada a crise cafeeira, tanto o café quanto a indústria são arrastados por ela; a indústria, por seu turno, tem a possibilidade de se defender utilizando sua capacidade ociosa para se recuperar em razão da redução da capacidade de importar, que lhe reserva algum mercado (MELLO, 1982).

De acordo com o autor, o padrão de acumulação de capital baseado no comércio cafeeiro foi interrompido pela crise do café e pela Grande Depressão nos anos 1930. A acumulação de capital industrial tornou-se mais independente do capital cafeeiro, ao menos pelo lado da procura, que não seria mais determinada primordialmente pela expansão do setor exportador, e sim, principalmente, pelo crescimento da renda no setor industrial urbano. O aumento da produção das indústrias de bens de consumo previamente estabelecidas e o simultâneo processo de rápida industrialização por substituição de importações de bens intermediários e de capital foram estimulados pelas políticas monetária e fiscal expansionistas adotadas na

década de 1930, conforme a “teoria dos choques adversos”. Contudo, essa substituição de importações foi insuficiente para estabelecer as indústrias produtoras de insumos básicos e de bens de capital no Brasil.

A acumulação seguiu dependente da capacidade de importar gerada pelo setor exportador para adquirir equipamentos e insumos básicos industriais. Somente nos anos 1930, quando a conjuntura internacional determinou a redução da capacidade de importar do Brasil, essas importações de maquinaria puderam ser aumentadas em razão da mudança na composição das importações, como resultado do processo de industrialização por substituição de importações. Por fim, sugere-se que, apenas a partir de meados dos anos 1950, a acumulação de capital tornou-se predominantemente e endogenamente determinada, decorrente da implantação de indústrias pesadas, conforme apontam Mello (1982) e Tavares (2011).

8. Considerações finais

Segundo a interpretação clássica da industrialização do Brasil, elaborada por Furtado (2007) em *Formação Econômica do Brasil*, a Grande Depressão representou um ponto de inflexão na economia brasileira, pois a política de defesa do café, combinada com a crise do modelo agroexportador, fez com que o centro dinâmico da economia fosse deslocado para o mercado interno. Para o autor, o processo de substituição de importações observado a partir de 1930 marcou o início da industrialização no Brasil. Embora reconheça a existência de um setor manufatureiro anterior a esse período, Furtado o minimiza ao não oferecer detalhes a esse respeito.

Peláez (1972), por sua vez, criticou a “teoria dos choques adversos” refutando os argumentos da recuperação e da transferência presentes na tese do autor cepalino. Segundo Peláez, a sustentação do café foi financiada por novos tributos, e não pela política keynesiana defendida por Furtado. O autor também contestou o fato de que os recursos tenham sido transferidos do café para a indústria nacional. Embora a tese de Peláez possa ser parcialmente refutada, a quantidade significativa de dados sobre a indústria brasileira antes de 1930 reunidos por Peláez tornam sua obra valiosa para o estudo desse período.

Nos anos 1970, o embate entre “teoria dos choques adversos” *versus* industrialização induzida pelas exportações ganhou desdobramentos a partir das mediações feitas por diversos autores. Dean (1971) deu uma importante colaboração à discussão ao investigar as origens do empresário industrial nacional, bem como ao analisar o impacto da Primeira Guerra Mundial no processo de industrialização do Brasil. Villela e Suzigan (1973), por sua vez, examinaram os efeitos da política cambial sobre a produção industrial e sobre a formação de capital na indústria brasileira, inclinando-se favoravelmente à teoria da industrialização induzida pelas exportações.

Versiani e Versiani (1978) estudaram o impacto da política tarifária na indústria do Brasil antes de 1930 e a alternância entre ciclos de aumento da produção e da capacidade produtiva. As abordagens marxistas de Silva (1976) e Mello (1982) procuraram entender o crescimento industrial como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, numa tentativa de superar o impasse entre as interpretações originais sobre o início da industrialização no país. Silva (1976) aponta a relação de complementaridade e de contradição entre café e indústria; Mello (1982), por sua vez, interpreta o crescimento industrial como um resultado do processo de acumulação de capital no setor agroexportador, o qual dependia da procura externa.

Dada a multiplicidade de interpretações sobre as origens da industrialização brasileira, o presente trabalho buscou sistematizar as críticas à interpretação original de Furtado. Conquanto alguns dos autores aqui apresentados tenham chancelado parte da tese de Furtado, todos concordam com a existência de um relevante setor industrial anterior à eclosão da crise dos anos 1930. Embora o debate historiográfico tenha restado adormecido nos últimos anos, ele é fundamental não apenas para a compreensão histórica da realidade brasileira, mas principalmente para fazer avançar o conhecimento histórico subjacente a essa controvérsia cara à literatura especializada.

Referências

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Grandes crises e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para uma proposta de periodização. In: FARIA, Luis Augusto E. *et al.* (Orgs.). *Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro*. Porto Alegre: FEE, 1989.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1971.

DELFIN NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flavio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. (Orgs.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. Saraiva: São Paulo, 1972.

FONSECA, Pedro Cezar D. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 133-148, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar D. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da Grande Depressão no Brasil. *Economia*, Brasília, DF, v. 10, n. 4, p. 867-885, 2009.

FONSECA, Pedro Cezar D.; SALOMÃO, Ivan C. Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. *Tempo*, Niterói, v. 23, n.1, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2017v230105>

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEFF, Nathaniel H. *The Brazilian Capital Goods Industry 1929-1964*. Cambridge: Harvard University Press, 1968. DOI: <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674492738>

MELLO, João Manuel C. de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PELÁEZ, Carlos Manuel. A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, n. 22, p. 15-47, 1968.

PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

SAES, Flávio Azevedo M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 20-39, set./dez. 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300003>

SILVA, Sérgio S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina/o caso do Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição; CORRÊA, Vanessa Petrelli; SIMIONI, Monica (Org.). *Desenvolvimento e igualdade*. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro de O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. Saraiva: São Paulo, 1978.

VILLELA, Anníbal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

Recebido em 19.03.18
Aprovado em 14.11.18